

# A CENSURA VELADA: COMO A REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMPROMETERIA O SUORTE ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES NATURAIS

## Autor(res)

Kenio Barbosa De Rezende  
Eric Zander Pereira De Mesquita

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

## Introdução

As redes sociais têm demonstrado ser fundamentais para a mobilização e apoio às vítimas de catástrofes naturais, oferecendo uma alternativa ágil em contraste com a lentidão burocrática estatal. Este artigo examina as implicações das propostas de regulamentação dessas plataformas, enfatizando a necessidade de preservar a internet como um espaço de liberdade e atuação cidadã.

## Objetivo

Analisar criticamente todas as propostas de regulamentação das redes sociais, destacando como poderiam comprometer o suporte às vítimas de desastres naturais no Brasil, com foco no recente caso do Rio Grande do Sul.

## Material e Métodos

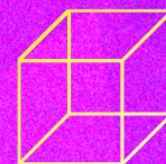
A abordagem deste artigo é empírica, baseando-se na análise dos eventos atuais relacionados ao uso das redes sociais durante as chuvas no Rio Grande do Sul. Esta análise busca destacar como a liberdade nas redes sociais tem sido crucial para a organização de respostas rápidas e efetivas em emergências, e como a regulamentação das redes sociais poderia impactar negativamente essa dinâmica humanitária.

## Resultados e Discussão

As redes sociais têm desempenhado um papel crítico em facilitar uma resposta rápida e eficaz às catástrofes naturais, como visto recentemente nas enchentes no Rio Grande do Sul. A liberdade dessas plataformas permite a disseminação imediata de informações vitais e a coordenação de esforços de resgate e ajuda humanitária. Qualquer proposta de regulamentação que restrinja essa liberdade comprometeria seriamente a capacidade de resposta da sociedade em momentos de urgência.

As regulamentações, ao imporem limites na operação das redes sociais, poderiam não apenas retardar a disseminação de informações críticas, mas também suprir a mobilização voluntária que muitas vezes suplementa ou até substitui a resposta governamental. A agilidade das redes contrasta marcadamente com a lentidão burocrática estatal, ressaltando o valor inestimável da comunicação desimpedida em tempos de crise.





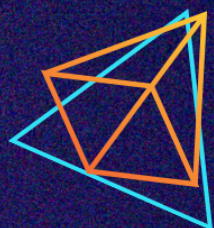
## Conclusão

As tentativas de regulamentar as redes sociais, independentemente de suas justificativas, devem ser categoricamente rejeitadas. Essas propostas, ao tentarem impor controles sobre as plataformas, ameaçam a liberdade de expressão e a eficácia da mobilização social necessária em tempos de crise. A experiência em situações de desastres naturais, como as chuvas no Rio Grande do Sul, e a evidência empírica demonstram claramente que as redes sociais muitas vezes preenchem lacunas deixadas pela atuação governamental. A rejeição de qualquer forma de regulamentação é essencial para garantir apoio.

## Referências

- Constituição Federal de 1988.
- Gazeta do Povo. Medidas para regulamentar redes sociais avançam em Brasília; especialistas temem censura.
- Metrópoles. Redes sociais: o que os democratas querem é censura política.
- Revista Oeste. Moraes anuncia projeto de regulamentação das redes sociais.
- Gazeta do Povo. Proposta do novo Código Civil inclui regulação da internet brasileira com padrão Moraes.
- Gazeta do Povo. A regulação das redes sociais ou como mascarar o retorno da censura.
- Gazeta do Povo. STF se tornou o regulador de fato das redes sociais do Brasil, diz The Economist.
- O Globo. Rede solidária: veja os famosos que lideram apoio ao Rio Grande do Sul.
- Governo do Brasil. Ministro e atletas mobilizam as redes sociais para ajudar as vítimas da enchente no Rio Grande do Sul.
- Veja. RS: A mobilização para resgatar milhares de animais em meio ao desastre.
- Governo de São Paulo. Governo de SP incentiva campanha de arrecadação às vítimas do RS.

# 3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera